

Marzia Grassi

Capítulo 1

Cabo Verde pelo Mundo: o género na diáspora cabo-verdiana

Introdução

O «género», já celebrado como uma categoria de análise privilegiada na percepção da cultura e da sociedade cabo-verdiana (cf. Andrade, 1995; Sobrero, 1998; Grassi, 2003), parece reiterar a sua operacionalidade em contextos de diáspora quando se analisam os movimentos informais de mercadorias e pessoas organizados em redes transnacionais. O funcionamento e as dinâmicas das redes de cabo-verdianos pelo Mundo têm visto um aumento cada vez mais importante do número de mulheres migrantes¹ que se movimentam entre Cabo Verde e os países de acolhimento da diáspora. As mulheres ocupam na organização familiar cabo-verdiana uma posição preponderante no que diz respeito à reprodução material e simbólica da sociedade. Com base na leitura de histórias de vida recolhidas nos últimos três anos no meio da diáspora cabo-verdiana em diferentes lugares de acolhimento², explora-se neste texto a importância e pertinência do género

¹ O uso do termo «migrante» é escolhido por sublinhar quer o movimento migratório dos emigrantes que acabam por se fixar no país de acolhimento quer, sobretudo no caso das mulheres, o movimento migratório temporário que várias vezes ao ano é feito nos fluxos de comércio informal pelas *rabidantes*.

² Os dados que estruturam as reflexões que se seguem inserem-se no contexto do projecto «Cabo Verde pelo Mundo», a decorrer no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

como estrutura interpretativa do movimento migratório de origem cabo-verdiana situando o fenómeno na história do arquipélago. Serão depois apresentados alguns dados estatísticos organizados por terreno de acolhimento e por género, e alguns testemunhos recolhidos durante o trabalho de campo junto de pessoas de origem cabo-verdiana sobre as características das actividades de comércio informal. Estes últimos, embora não apresentem validade estatística, revelam-se indispensáveis para captar as características das redes de comércio transnacionais pela sua natureza informal, que escapa aos indicadores económicos tradicionais.

As migrações cabo-verdianas na história

A emigração cabo-verdiana tem características peculiares que são mais perceptíveis quando se considera a história do arquipélago e as suas condições naturais adversas de ilhas «flageladas do vento leste»³. A história das ilhas é uma história de abandonos e repovoamentos, de secas recorrentes durante as quais os escravos depressa eram vendidos e os trabalhadores livres eram obrigados a emigrar para outras colónias portuguesas. Talvez resida aqui uma das explicações do movimento para fora do arquipélago, que foi sempre uma característica que os cabo-verdianos referem como uma necessidade (cf. Sobrero, 1998). Há mais de um século que deixar livremente as ilhas para ir para os Estados Unidos, para Portugal ou para Holanda é vivido pelos jovens cabo-verdianos como uma inevitabilidade, e também como uma esperança e um sonho de realização. São muitos aqueles que, quando entrevistados quer em Cabo Verde, quer nos lugares de acolhimento da diáspora, confirmam esta espécie de predestinação e de espírito em movimento que emerge nos cabo-verdianos, em paralelo, e por oposição, ao

sob a coordenação da autora, e foram recolhidos através de entrevistas com homens e mulheres de origem cabo-verdiana a viver em Lisboa, Roma e Pawtucket (EUA). Os nomes dos entrevistados não são referidos, de modo a preservar o anonimato e a confidencialidade dos depoimentos recolhidos. O método utilizado para a selecção das pessoas entrevistadas foi o aleatório, sendo de referir que foram os mais jovens e as mulheres quem apresentou uma maior disponibilidade. Este facto indicou a possibilidade de realizar um questionário que recolhesse dados estatísticos sobre o funcionamento das redes, especificamente orientado para este grupo etário. O questionário foi aplicado na área da Grande Lisboa em 2006.

³ A expressão é do poeta Ovídio Martins (cf. Mata, 1991).

forte sentimento de pátria (cabo-verdianidade) que parece encontrar o seu alimento nesta mesma necessidade de se movimentar para *escapá vida* (emigrar para conseguir sobreviver). Todos, jovens e menos jovens, quando se trata de tomar decisões para a própria vida, consideram opções de movimento num espaço geográfico global, percebendo-se assim que os países da diáspora são interiorizados como parte de um território nacional da nação cabo-verdiana, que não tem fronteiras físicas limitadas às ilhas do arquipélago. É comum ouvir um jovem, em Cabo Verde, ter dúvidas entre ir tirar um curso nos Estados Unidos ou na Holanda, ou em alternativa, como referia um dos entrevistados⁴ na Primavera de 2000, na Praia:

(...) sempre haverá Portugal onde a família pode sempre ajudar a dar um jeitinho nos primeiros tempos... A única coisa que devo arranjar é o dinheiro da passagem mas isto... a minha avó ajuda...

E isto não tem a ver somente com o nível de desenvolvimento das ilhas, que até há pouco tempo não tinha permitido instalar, por exemplo, uma universidade. O Mundo inteiro como território da pátria cabo-verdiana é um sentimento que vai além de uma leitura puramente económica, sendo alicerçado na história do arquipélago.

Até aos anos 80 a emigração foi sobretudo uma emigração masculina. Como recorda Sobrero (1998), já no mercado brasileiro dos escravos os homens valiam mais do dobro das mulheres que serviam em Cabo Verde para os trabalhos agrícolas, para a economia de subsistência e como reprodutoras de mão-de-obra. Numa fase posterior os homens embarcavam nos grandes navios americanos de pesca à baleia ou eram *contratados* nas roças de São Tomé. É a partir da independência que a emigração começa a significar para os jovens de classes mais modestas uma ocasião para organizarem a própria vida perto dos familiares que já se encontravam no exterior, sobretudo em termos de formação.

As características de género do movimento migratório cabo-verdiano estão também ligadas à noção de trabalho naquela sociedade. A noção do trabalho produtivo em Cabo Verde, como na maioria dos países da África subsariana, tem

⁴ Motorista de uma carrinha *Hiace* de transportes colectivos na cidade da Praia, filho de uma rabidante, entrevistado no âmbito do projecto «Género, empresariado e desenvolvimento em contextos não ocidentais: rabidantes de Cabo Verde» (cf. Grassi, 2001).

vindo a ser questionada no âmbito de numerosos trabalhos sobre a divisão do trabalho e a contribuição das mulheres para o desenvolvimento⁵. A emigração era quase exclusivamente masculina e os movimentos migratórios femininos limitavam-se normalmente às viagens entre as ilhas para a comercialização de produtos agrícolas (Furtado, 1999). Com algumas excepções de relevo como, por exemplo, o caso da emigração cabo-verdiana para Itália que, iniciada no século XIX em circunstâncias particulares, foi e continua a ser quase exclusivamente feminina. As mulheres cabo-verdianas nas ilhas ou na diáspora, além de gerirem a economia dos que dependem delas por laços familiares ou de vizinhança, produzem também rendimentos de trabalho, e todas aquelas que foram contactadas no âmbito das entrevistas complementam os rendimentos com o comércio informal de produtos de consumo em redes que produzem um fluxo de mercadorias e pessoas entre as ilhas do arquipélago e os países da diáspora.

São rendimentos que circulam pelo Mundo e produzem efeitos por onde passam, embora sejam difíceis de quantificar devido à sua natureza informal. É no interior das redes comerciais informais, invisíveis nas estatísticas económicas, que também se podem encontrar formas ilegais e criminais destas actividades, fazendo surgir problemas sociais que afectam em particular as mulheres emigrantes, as quais se tornam, muitas vezes, vítimas de violência e exploração.

Cabo Verde foi «conhecido» pelos Portugueses em 1460, tendo sido a ilha de Santiago a primeira ilha a ser povoada; António de Noli chega a Santiago em 1462 acompanhado por alguns membros da sua família e por portugueses do Alentejo e do Algarve (cf. Andrade, 1995:37). Era intenção dos Portugueses proceder a um povoamento branco, tal como nos Açores e na Madeira; contudo, os rigores do clima e a falta de cereais, base da alimentação dos Europeus na altura, dificultaram o povoamento. O povoamento de Cabo Verde tornou-se possível através da concessão de uma carta de privilégios na qual D. Afonso V oferecia ao infante D. Fernando uma espécie de jurisdição em matéria civil e criminal sobre todos os mouros, brancos ou negros, livres ou escravos que fossem cristãos. Atribuía-se ainda aos habitantes de Cabo Verde o direito perpétuo de fazer o comércio e o tráfico de escravos em todas as regiões da Guiné, à excepção da feitoria de Arguim, cuja exploração estava reservada à Coroa (cf. Andrade, 1995: 35). Foi, portanto, a autorização concedida aos senhores portugueses para praticarem o tráfico de escravos que determinou o povoamento destas ilhas. Assim, no povoamento

⁵ Uma lista de referências bibliográficas sobre este tema encontra-se em Grassi (2003).

mento de Cabo Verde houve escravos e negros livres que acompanhavam os comerciantes, os mercenários e os capitães dos navios, e todas as etnias existentes na Costa da Guiné participariam, em proporções diversas, na constituição do povo cabo-verdiano (cf. Andrade, 1995:38). A mestiçagem deste povo resultou essencialmente das relações senhor branco/negra escrava ou dos membros do clero e suas «concubinas negras» (cf. Amaral, 1964:195; Batalha, 2004; Lobban, 1995).

Cabo Verde foi-se constituindo, portanto, como plataforma de apoio à expansão portuguesa — e, mais tarde, à manutenção da relação colonial — e à transferência de recursos humanos de África para o continente americano. Ou seja, a razão da sua existência assentava numa posição geo-estratégica que lhe permitia cumprir uma função histórica de prestação de serviços associados ao tráfico atlântico, que deixará de existir entre os séculos XIX e XX. A escassez de recursos naturais e as secas periódicas e frequentes levaram sempre a população — maioritariamente a masculina — a emigrar. Há, de facto, cabo-verdianos espalhados pelo Mundo inteiro que mantêm uma relação com o país, contribuindo assim para a manutenção da identidade nacional cabo-verdiana, podendo afirmar-se que a emigração aparece como um dado estrutural da sociedade cabo-verdiana, tal como observa E. Andrade (1995). Esta autora explica o fenómeno em função das suas diferentes características conforme se considerem os períodos anteriores e posteriores à abolição da escravatura:

(...) até à abolição da escravatura, a emigração parecia representar para as populações livres e para aqueles que eram alforriados – mas privados do acesso à terra ou ao exercício de uma profissão livre – não somente um meio de assegurar a sua subsistência mas também um meio de acesso à propriedade (através das remessas e/ou do regresso ao país), portanto, de mudança na hierarquia social. Após a abolição da escravatura (...) a emigração aparece mais fundamentalmente ligada, por um lado, à insuficiência das terras a serem-lhes concedidas e, por outro, ao processo de proletarização da massa de camponeses e artesãos livres que, com o andar dos tempos, se tinha constituído (Andrade, 1995:181).

As duas situações dependiam das formas assumidas pelas relações de produção existentes, que determinavam a concentração das terras nas mãos de uma pequena minoria e eram agravadas pela dominação colonial. Numa perspectiva temporal, a mesma autora distingue uma corrente de emigração *antiga* (para a Guiné-Bissau, o Senegal, os Estados Unidos) e uma corrente de emigração *moderna*, que se situa nas primeiras décadas do século XX.

A corrente *antiga* prende-se com a história da presença colonial portuguesa na África ocidental anterior à partilha do continente africano. Nas palavras de António Carreira,

(...) sem o cabo-verdiano, dificilmente se teria penetrado tão profundamente nos rios e no mato e influenciado de modo tão significativo a vida social das gentes (Carreira, 1964:374).

Como explica Andrade (1995:181), desde 1466, ano em que o rei de Portugal autorizou o monopólio do comércio e do tráfico de escravos em toda a costa, do rio Senegal à Serra Leoa, a Guiné-Bissau foi declarada distrito dependente de Cabo Verde e o movimento de população entre os dois países passou a ser contínuo.

Séculos mais tarde, com a Conferência de Berlim (1885), os cabo-verdianos foram encorajados a emigrar para a Guiné para aí ocuparem postos em diversos escalões, tanto que entre 1920 e 1940 mais de 70% dos empregos públicos na Guiné-Bissau eram ocupados por cabo-verdianos ou seus descendentes (Andrade, 1995:184). A emigração cabo-verdiana para o Senegal ocorre igualmente nesta época e subsiste, na sua forma antiga, até à segunda metade do século XX, com os «lusó-africanos»⁶ que se moviam sobretudo na esfera do comércio. Ao mesmo tempo, a emigração para os EUA, segundo António Carreira (1977:63), começa entre 1685 e 1700 com o emprego de pescadores de baleia cabo-verdianos nos baleeiros norte-americanos que acostavam inicialmente para se abastecer no arquipélago. A partir do século XVII começou a pescar-se a baleia nos mares de Cabo Verde e dos Açores, actividade que entrou em declínio no final do século XIX e acabou por desaparecer no princípio do século XX.

A corrente de emigração *moderna* teve início a partir da II Grande Guerra, quando o campo migratório se alarga para as regiões semi-industrializadas ou «subdesenvolvidas», nomeadamente da África. Este alargamento é, segundo Mercier (1977:1-5), um sinal, entre outros, da extensão internacional do modo de produção capitalista e da generalização, pelos fluxos de mão-de-obra, das relações internacionais hierarquizadas que caracterizam esse modo de produção.

⁶ O termo, segundo Andrade (1995:186), indica negreiros e lançados portugueses e cabo-verdianos, mais tarde mestiços e negros livres ou libertos, que se juntaram a eles e se fixaram em seguida na Senegâmbia e na costa. Eram conhecidos por «lusó-africanos» por se considerarem de origem portuguesa, mesmo quando eram mestiços ou negros.

Nos quadros que se seguem podem-se observar, tanto a composição por países de destino, como a intensidade das correntes migratórias cabo-verdianas até 1959, sendo evidente que a partir da II Grande Guerra a emigração para Portugal assume a maior expressão numérica.

De facto, a verdadeira emigração de mão-de-obra só começou depois de 1946, tornando-se significativa apenas nos anos 60 (Andrade, 1995:189). A pressão económica e a política colonial portuguesa fizeram com que muitos portugueses fugissem para não cumprir o serviço militar. Neste contexto, o Governo, para responder à necessidade de mão-de-obra, encorajava os cabo-verdianos à emigração, concedendo facilidades para a sua instalação. No entanto, nessa época, Lisboa era, e continuaria a ser, um centro importante de irradiação da emigração cabo-verdiana para outros países.

A cada ilha de Cabo Verde correspondem destinos de emigração diferentes: de Santiago emigra-se sobretudo para Portugal, enquanto que da ilha Brava e da ilha do Fogo se emigra preferencialmente para os Estados Unidos.

Quadro 1 – Cabo Verde: emigração «espontânea», por destino e por períodos

País	1920-1945 ^(a)		1927-1945		1946-1959	
	Número	%	Número	%	Número	%
Estados Unidos	18 629	67,2	1 408	13,9	538	7,9
Brasil, Argentina, Uruguai e Chile	1 968	7,1	1 203	11,9	86	1,3
Guiné-Bissau	2 247	8,1	1 197	11,8	901	13,2
Angola e Moçambique	366	1,3	352	3,5	6	0,2
São Tomé e Príncipe ^(b)	1 532	5,5	133	1,3	2	0,1
Dacar, Gâmbia	1 428	5,1	1 772	17,5	251	3,7
Lisboa, Açores, Madeira	1 232	4,4	3 336	33,0	3 933	57,8
Outros países	363	1,3	719	7,1	1 087	15,8
<i>Total</i>	27 765	100,0	10 120	100,0	6 804	100,0

^(a) Ausência de números para os anos 1921-1926.

^(b) Os números respeitantes à emigração forçada não estão incluídos.

Fonte: Direcção dos Serviços de Estatística, Cabo Verde.

Quadro 2 – Movimentos migratórios (1950-1974)

Anos	Chegadas HM ind. Base 100	Partidas H (%)	HM ind. Base 100	Saldo migratório		
				H (%)	HM ind. Base 100	H (%)
1950	100,00	69,3	100,00	71,0	100,00	65,0
1951	142,19	61,9	118,10	93,7	201,52	91,7
1952	108,85	55,6	225,69	63,1	-185,84	-77,9
1953	58,98	67,1	105,49	50,1	-55,55	-12,6
1954	82,58	60,4	154,99	62,4	-95,72	-68,0
1955	219,96	59,3	314,98	56,5	-14,00	-98,9
1956	144,36	51,2	172,84	58,0	74,26	12,1
1957	138,25	34,7	113,70	51,2	198,73	11,5
1958	183,55	58,5	219,49	59,8	95,10	51,5
1959	173,45	67,6	175,43	59,2	20,38	96,3
1960	241,12	63,0	216,33	60,4	96,12	77,4
1961	237,56	39,3	223,18	58,7	69,96	63,9
1962	202,73	55,0	190,61	57,8	59,31	32,6
1963	180,85	63,7	262,40	57,5	-174,43	-40,8
1964	164,57	55,6	429,28	55,7	-627,61	-55,8
1965	271,03	66,7	404,62	72,8	-289,39	-87,7
1966	366,93	65,3	404,24	64,2	-38,47	-38,3
1967	326,67	66,0	378,35	64,7	-79,67	-50,6
1968	277,78	64,3	339,80	64,4	-117,68	-64,7
1969	348,77	69,7	498,49	64,8	-325,52	-51,2
1970	425,01	71,1	724,39	68,8	-686,61	-65,1
1971	476,28	69,7	842,48	71,8	-845,49	-74,9
1972	544,96	71,0	1105,72	70,9	-1292,63	-70,8
1973	734,50	68,4	796,32	83,7	^(a) -1175,86	-73,0
1974 (1º trimestre)	131,24	69,8	293,99	72,5	-503,09	-74,09

^(a) Informações da Direcção-Geral de Estatística corrigidas em 1978 com dados da Administração Interna e dos Aeroportos.

Fonte: Direcção dos Serviços de Estatística, Cabo Verde.

A amplitude do fenómeno migratório cabo-verdiano, no tempo e no espaço, não deixa de ter efeitos, tanto a nível social como a nível económico. Como esclarece Elisa Andrade:

(...) os que emigram são (apesar da importância da emigração feminina) maioritariamente do sexo masculino que, na maior parte das vezes, deixam as suas famílias no país. Em vista disso as mulheres são obrigadas, por um lado, a assegurar a educação dos filhos e, por outro, a vender, frequentemente, a sua força de trabalho nas obras públicas, para poderem garantir a subsistência da família, para além das tarefas que lhes cabem tradicionalmente, no quadro da produção agrícola (Andrade, 1995:199).

Da mesma opinião é Mário Murteira, que afirma, por exemplo, que:

(...) a mulher cabo-verdiana, em particular no meio rural, suporta frequentemente duríssimas condições de vida e de trabalho – que exigem grande robustez física – enquanto o homem ainda continua geralmente fascinado pelas oportunidades de emigração, nas condições mais diversificadas. A mulher tende, pois, a ser mais «endógena» a Cabo Verde do que o homem, o que não significa que este perca com facilidade os laços que o prendem à sua terra (Murteira, 1988:187).

Os números da imigração⁷

Cabo-verdianos em Portugal

A década de 60 do século XX caracteriza-se por uma forte fixação de cabo-verdianos em Portugal, ligada sobretudo à entrada de homens vindo de Cabo Verde que chegavam com o objectivo de suprimir carências de mão-de-obra masculina (essencialmente para os sectores da construção e das obras públicas que se encontravam em expansão), decorrentes do próprio processo de emigração português (Furtado, 1999). Estes eram sobretudo homens solteiros ou que haviam deixado as suas famílias em Cabo Verde.

⁷ Agradece-se à Dra. Catarina Vilhena Páscoa a ajuda na sistematização dos dados estatísticos que se apresentam nesta parte.

Faz-se notar que se tem verificado, até aos dias de hoje, um aumento significativo do número de cabo-verdianos a escolherem Portugal como país de acolhimento. Todavia, o apuramento total do número de cidadãos cabo-verdianos a residirem em território nacional apresenta-se problemático, devido sobretudo à complexidade e à multiplicidade de situações em que os cabo-verdianos se encontram em Portugal. Esta questão remete para condições específicas de atribuição de nacionalidade num contexto que liga Portugal, como país ex-colonizador, e as suas ex-colónias. A revisão da Lei da Nacionalidade de 1959, feita em 1975, reforça este facto ao facilitar a aquisição da nacionalidade portuguesa à maioria dos cidadãos africanos que se encontravam já a residir no país.

Outro fenómeno a coadjuvar a falta de abrangência dos dados prende-se com dificuldades efectivas no controlo da entrada de cidadãos de países terceiros, criando bolsas de imigrantes em situação ilegal que acabam por não ser contabilizados nas estatísticas oficiais. Destaca-se neste âmbito o elevado número de imigrantes clandestinos que ocorreu às possibilidades de legalização extraordinárias abertas pelo Estado português em 1992 (com os 6778 pedidos de regularização apresentados por cabo-verdianos, ou seja, 17,3%, a serem superados apenas por angolanos e guineenses), 1996 (os cabo-verdianos apresentaram 6872 requerimentos de regularização, tendo apenas os angolanos suplantado este valor) e 2001 (cf. AA.VV., SOS Racismo, 2002:158-170).

Realça-se que no processo de 1996 a primeira fase de análise dos pedidos de regularização concedeu aprovação a 88% destes pedidos, sendo que após a apreciação dos recursos instaurados, esse valor ascendeu aos 94%; ou seja, os 12% inicialmente rejeitados foram reduzidos a apenas 6% no final do processo. Da totalidade dos indivíduos beneficiados com atribuição de título de residência, 82% eram de países lusófonos, em particular de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

No que concerne ao número de imigrantes a residir legalmente em Portugal, denota-se uma certa dissonância entre o somatório veiculado pelo país de origem e aquele difundido pelo país de acolhimento. De acordo com Luís Batalha (2004:137), os números apontados pelas instâncias cabo-verdianas são geralmente mais elevados do que aqueles que as autoridades portuguesas divulgam, dependendo esta variação de interesses políticos específicos a cada um dos pólos desta relação, ou seja, ao país de acolhimento interessa minimizar o número de indocumentados no seu território, ao passo que o interesse de Cabo Verde reside na exponenciação deste valor como forma de pressão sobre as autoridades portuguesas para agilizarem o processo de legalização dos cidadãos em situação ilegal.

Os dados divulgados em 2003 pelas autoridades cabo-verdianas apontam para que o número de cidadãos oriundos deste arquipélago a residirem em Portugal ultrapasse os 100 mil indivíduos, aludindo que Santiago, São Vicente e Santo Antão são as principais ilhas de origem daqueles que partem em direcção a Portugal, confirmando uma tendência que se observava antes da independência.

Assim, a distribuição da população cabo-verdiana em Portugal manifesta-se de acordo com o quadro apresentado a seguir:

Quadro 3 – População cabo-verdiana residente em Portugal, por cidade e arquipélagos da Madeira e dos Açores (2003)

Cidade	Número
Aveiro	320
Beja	116
Braga	280
Bragança	62
Castelo Branco	276
Coimbra	1053
Évora	187
Faro	3468
Guarda	70
Leiria	735
Lisboa	71848
Portalegre	75
Porto	1306
R.A.Açores	504
R.A.Madeira	87
Santarém	425
Setúbal	20277
Viana do Castelo	34
Vila Real	56
Viscu	236
<i>Total</i>	105 342

Fonte: Instituto das Comunidades de Cabo Verde, 2003.

Como se verifica, a região de Lisboa é aquela que maior poder de atracção exerce sobre os imigrantes oriundos de Cabo Verde, constatando-se que 68,2% da população cabo-verdiana reside na capital; destaca-se o concelho da Amadora, com 20,2% da população (cf. Gomes, 1999: 61). A segunda cidade mais povoada é Setúbal, albergando quase 20% de toda esta população imigrada (Instituto das Comunidades de Cabo Verde, 2003).

Salienta-se novamente a incongruência entre os dados estatísticos fornecidos na origem e no destino das populações migrantes, ou seja, os valores de migrantes contabilizados no país de origem estão sobrestimados face àqueles divulgados no país de acolhimento. Deste modo, de acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) português, em 2003 o número de população estrangeira oriunda de Cabo Verde a residir legalmente em Portugal era de 53 454 cidadãos (cf. SEF, 2003), valor bastante inferior aos 105 342 contabilizados pelo Instituto cabo-verdiano.

Assim sendo, e com base neste diferencial de valores, poder-se-á vislumbrar o número de cabo-verdianos a residir ilegalmente em Portugal, neste caso quase o mesmo daqueles que estão em situação legal. Contudo, parece que esta duplicação do número total de imigrantes em relação ao número de legalizados acusa um desfasamento demasiado grande para poder ser explicada somente pelo fenómeno de entrada ilegal de cidadãos, dando evidência a questões relacionadas com a multiplicidade de situações em que a população cabo-verdiana se encontra, ou seja:

(...) este panorama permite, de certo modo, compreender a dificuldade das fontes estatísticas oficiais captarem com o devido rigor a população imigrada. Dificuldade ainda acrescida se considerarmos o universo de referência que constitui o objectivo deste estudo – caboverdeanos residentes, portugueses de naturalidade caboverdeana, portugueses nascidos em Portugal de pais e avós caboverdeanos (2^a ou 3^a geração), caboverdeanos com outras nacionalidades (designadamente outros PALOP) (Gomes, 1999: 52).

Estatísticas por género

A emigração feminina iniciou-se, de forma maciça, em meados da década de 60 para a Itália, e depois para outros países europeu como a Holanda, França e Portugal.

Apresentam-se em seguida dados relativos à distribuição por género da população cabo-verdiana imigrada em Portugal entre os anos de 1986 e 2003. Da observação deste quadro constata-se que a percentagem de indivíduos do sexo mas-

culino ronda, no início desta contagem, os 65%, valor que decresce para os 56% decorridos 17 anos. Consequentemente, a diferença entre homens e mulheres, que no início deste período era de 28,8%, é reduzida no final dos anos contabilizados para 12,6%, indiciando a crescente feminização da migração.

Quadro 4 – População cabo-verdiana residente em Portugal, por sexo e respectiva percentagem (1986-2003)

Anos	Total	Homens	%	Mulheres	%
1986	26 301	16 930	64.4	9 371	35.6
1987	26 565	17 025	64.1	9 540	35.9
1988	26 953	17 166	63.7	9 787	36.3
1989	27 972	17 665	63.2	10 307	36.8
1990	28 796	*	*	*	*
1991	29 743	18 507	62.2	11 236	37.8
1992	31 127	19 333	62.1	11 794	37.9
1993	31 217	*	*	*	*
1994	36 560	22 418	61.3	14 142	38.7
1995	38 746	23 551	60.8	15 195	39.2
1996	39 546	23 908	60.5	15 638	39.5
1997	39 789	23 960	60.2	15 829	39.8
1998	40 093	24 021	59.9	16 072	40.1
1999 ^(a)	43 951	25 876	58.9	18 075	41.1
2000 ^(a)	47 092	27 360	58.1	19 732	41.9
2001 ^(a)	49 830	28 531	57.3	21 299	42.7
2002 ^(a)	52 227	29 565	56.6	22 662	43.3
2003 ^(a)	53 454	30 097	56.3	23 357	43.7

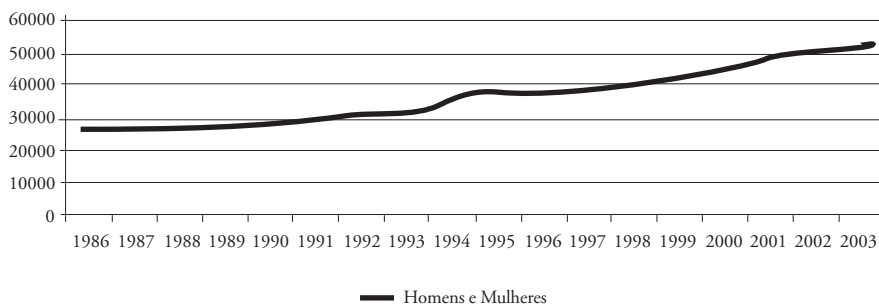
^(a) Dados provisórios de 2003 – Processado em 05-08-2005.

* Dados indisponíveis.

Fontes: INE 2005; (a) SEF 2006.

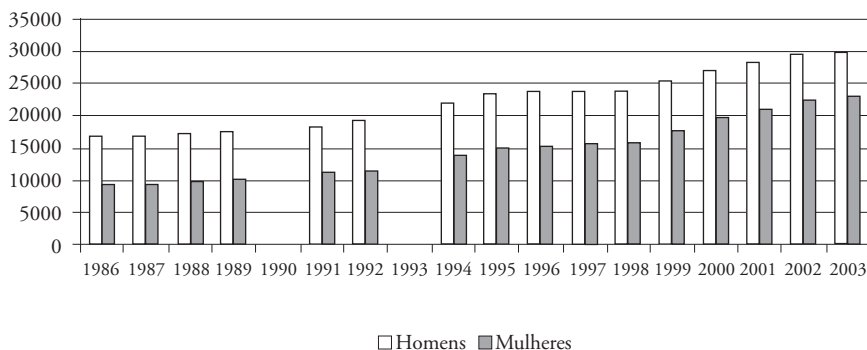
Nas figuras seguintes pode ver-se a evolução da população cabo-verdiana residente legalmente em Portugal (figura 1) e constatar-se a aproximação dos valores dos indivíduos quando considerados segundo o sexo (figura 2).

Figura 1 – Evolução da população cabo-verdiana total residente em Portugal (1986-2003)



Nota: Elaborado a partir dos dados indicados no quadro 4.

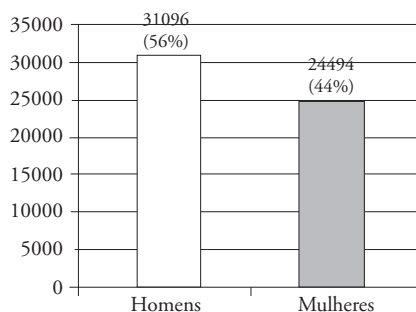
Figura 2 – População cabo-verdiana residente em Portugal, por sexo (1986-2003)



Nota: Elaborado a partir dos dados indicados no quadro 4.

A informação mais recente recolhida junto de fontes oficiais portuguesas refere-se ao ano de 2004 (dados provisórios do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), observando-se uma subida de 4% no número total de cabo-verdianos com autorização de residência em Portugal relativamente ao ano precedente (55 590 indivíduos).

Figura 3 – População cabo-verdiana residente em Portugal, por sexo
(2004 – dados provisórios, processados em 05-08-2005)



Fonte: SEF (2006).

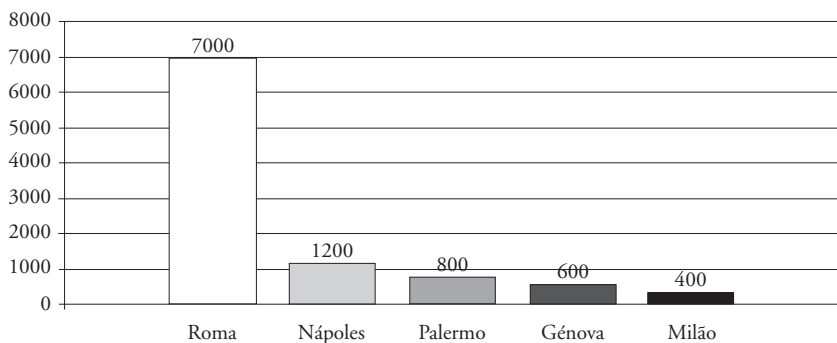
Outra informação que os dados veiculam concerne à distância entre o número de mulheres e de homens de origem cabo-verdiana que, como se infere da figura 3, mantém a tendência de aproximação entre ambos observada ao longo do período contemplado na análise anterior (cf. figura 4). Deste modo, a percentagem de mulheres cabo-verdianas consolida-se nos 44% e a dos homens fixa-se nos 56%.

Cabo-verdianos em Itália

Tal como sucede relativamente a Portugal, também o número de imigrantes cabo-verdianos em Itália difere de acordo com a fonte estatística a que se recorre. A informação que é veiculada por parte do Instituto das Comunidades de Cabo Verde (dados de 1998) aponta para cerca de 10 000 cabo-verdianos a residirem em Itália, com Roma, a cidade capital, a acolher a grande maioria, concretamente, 7000 cidadãos (cf. figura 4).

A restante população reside em áreas como Nápoles, Palermo ou Génova (respectivamente 1200, 800 e 600 habitantes), sendo de assinalar que as ilhas de origem destes imigrados são: São Nicolau, Santo Antão, São Vicente, Sal e Boa Vista (Instituto das Comunidades de Cabo Verde, 2006).

Figura 4 – Cabo-verdianos residentes em Itália (1998)



Fonte: Instituto das Comunidades de Cabo Verde.

Se o Instituto das Comunidades de Cabo Verde apresenta números na casa dos 10 000 indivíduos, quando se recorre a dados de 1998 difundidos pelo Instituto Nacional de Estatística italiano (ISTAT) o número de residentes cabo-verdianos neste país cai para perto dos 4000, ou seja, menos de metade daqueles.

A característica mais evidente da imigração cabo-verdiana em Itália é a sua exiguidade, quando comparada com outras comunidades de imigrantes, e a sua feminização.

Segundo o ISTAT, dos 3974 cabo-verdianos com autorização de residência em Itália no ano de 1998, 3140 são do sexo feminino.

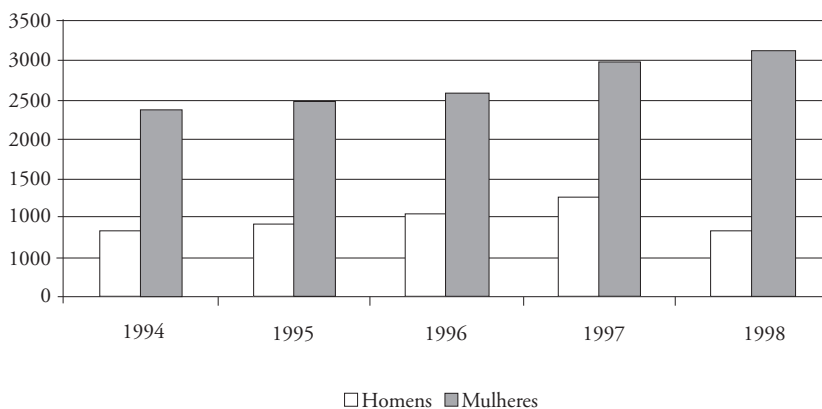
Quadro 5 – Cabo-verdianos residentes em Itália, por sexo e respectiva percentagem, em 1 de Janeiro (1994-1998)

Anos	Total	Homens	%	Mulheres	%
1994	3214	823	25,6	2391	74,4
1995	3386	912	26,9	2474	73,1
1996	3658	1050	28,7	2608	71,3
1997	4222	1274	30,2	2948	69,8
1998	3974	834	21,0	3140	79,0

Fonte: ISTAT

Observando os valores percentuais pode constatar-se a já referida superioridade de representação feminina que caracteriza o caso de Itália. A percentagem de mulheres é, quase sem excepção significativa, superior a 70%, alcançando mesmo, em 1998, valores muito próximos dos 80%.

Figura 5 – Cabo-verdianos residentes em Itália, por sexo (1994-1998)



Nota: Elaborado a partir dos dados indicados no quadro 5.

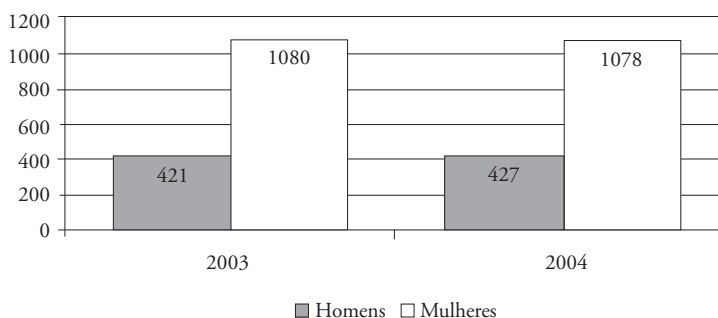
Dados mais recentes indicam que houve um aumento do número de cidadãos cabo-verdianos em Itália, ultrapassando os 4100 no ano de 2000, ano a partir do qual se verifica um progressivo decréscimo, atingindo os 3811 habitantes em 2003 — fenómeno que informantes no terreno explicam com base nas condições mais difíceis de inserção na sociedade italiana no contexto do recente aumento de imigrados e refugiados de outros países, nomeadamente do Leste europeu.

Dados de 2003, igualmente disponibilizados pelo ISTAT, apontam para que em 31 de Dezembro desse ano residiam em Itália 3580 indivíduos originários de Cabo Verde, dos quais 2610 do sexo feminino e 970 do sexo masculino — respectivamente 73% e 27% (ISTAT, 2003).

Segundo os dados apresentados por César Augusto Monteiro respeitantes ao ano de 1995 (Monteiro, 1997: 354), o escalão etário mais representativo entre os imigrantes cabo-verdianos é o dos 19 aos 40 anos de idade. Em termos proporcionais, 3/4 destes imigrantes são jovens adultos e adultos em idade profissionalmente activa. Dos 75% considerados neste grupo etário, 64,4% são indivíduos do género feminino.

No que concerne ao local de residência deste contingente estrangeiro, verifica-se que na região de Roma se podem encontrar 41% dos cabo-verdianos que escolhem Itália como país de destino. No que concerne à província e à cidade de Roma, a população originária de Cabo Verde distribui-se da seguinte forma, quando se discrimina os indivíduos pelo género.

Figura 6 – População cabo-verdiana residente na província de Roma (2003-2004)



Fonte: ISTAT (2003 e 2004).

Em 2003 a cidade de Roma conta com 1249 provenientes de Cabo Verde, dos quais 923 são mulheres e apenas 326 homens.

Figura 7 – População cabo-verdiana residente na cidade de Roma (2003-2004)



Fonte: ISTAT (2003 e 2004).

Os dados seguintes permitem perceber a variação da posição ocupada pela população cabo-verdiana a residir legalmente em Itália, entre os anos de 1994 e 1998, no *ranking* dos países representados na imigração deste país de acolhimento.

Quadro 6 – Lugar ocupado pelos cidadãos cabo-verdianos no *ranking* dos países de origem de emigração para Itália; valores totais e para o sexo feminino (1994-1998)

Anos	Lugar ocupado no <i>ranking</i> (Homens e Mulheres)	Lugar ocupado no <i>ranking</i> (Mulheres)
1994	42	34
1995	42	35
1996	41	34
1997	39	34
1998	43	34

Fonte: ISTAT

Verifica-se que neste período a posição de Cabo Verde varia entre o 39º e 43º lugar do *ranking*. Contudo, quando se contabilizam isoladamente as mulheres cabo-verdianas, o lugar ocupado por Cabo Verde sobe na hierarquia para o 34º ou 35º, consoante o ano em análise, confirmando a maior representatividade feminina da emigração para a Itália.

Cabo-verdianos nos EUA

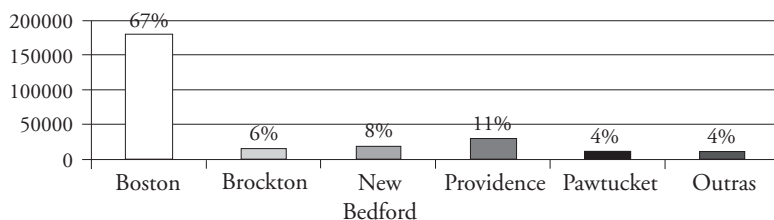
No séc. XIX e inícios do séc. XX a emigração cabo-verdiana para os Estados Unidos da América era composta essencialmente por cidadãos de baixa condição socioeconómica, que abandonavam as ilhas em busca de uma melhor situação neste país de destino. Contudo, em 1922 os EUA adoptaram medidas bastante restritivas relativamente à imigração, que se reflectiram numa acentuada redução de população cabo-verdiana a entrar no território norte-americano, designadamente, na redução de cerca de 1500 entradas por ano para um número insignifi-

ficante. O ano de inflexão destas leis restritivas da imigração é 1966, e a partir deste momento a entrada de cidadãos oriundos de Cabo Verde começa a fazer-se a um ritmo acelerado (Almeida, 1995).

Actualmente, e segundo dados do Instituto das Comunidades de Cabo Verde para o ano de 1998, o número de cabo-verdianos a residirem nos Estados Unidos da América varia entre os 264 900 e os 300 000.

Considerando o valor mais baixo, observa-se que 180 000 (ou seja, 67%) residem na cidade de Boston. Providence conta com 30 000, New Bedford com 20 000, Brockton com 15 000 e Pawtucket com 10 000 cidadãos cabo-verdianos, para citar as cidades mais povoadas por estes imigrantes. As ilhas de onde provêm são: Fogo, Brava, Santo Antão e São Nicolau (Instituto das Comunidades de Cabo Verde, 1998).

Figura 8 – Cidades norte-americanas de acolhimento de cidadãos cabo-verdianos



Fonte: Instituto das Comunidades de Cabo Verde.

A recorrência a fontes estatísticas do país de acolhimento é igualmente uma importante modalidade de caracterização da população imigrada, e satisfaz o objectivo de comparação entre os números de emigrantes declarados pelo país de origem e os números que o Estado de destino difunde.

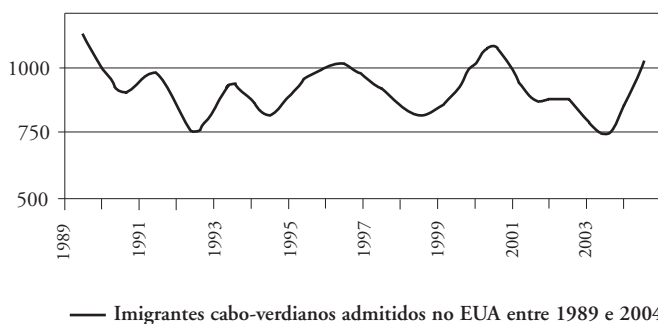
Nos Estados Unidos da América, o US Census Bureau divulga um vasto conjunto de dados relativos à população, sendo que os mais recentes são provenientes do recenseamento demográfico datado de 2000 (US Census, 2000). O acesso a informação relativa à imigração neste país encontra-se aqui disponível.

No quadro que mostra algumas características demográficas e sociais da população nascida em Cabo Verde a residir nos Estados Unidos na data da aplicação do censo, verifica-se que a população total é de 26 605 (US Census, 2000).

Segundo os referidos dados, desta população total de 26 605 habitantes cabo-verdianos nos Estados Unidos da América, 13 810 são mulheres e 12 795 do sexo oposto. No que respeita às idades, confere-se que 40,5% têm idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos.

Pode verificar-se ainda que 11 625 dos indivíduos oriundos de Cabo Verde se naturalizaram norte-americanos; porém, 14 980 (56,3%) mantiveram a sua nacionalidade.

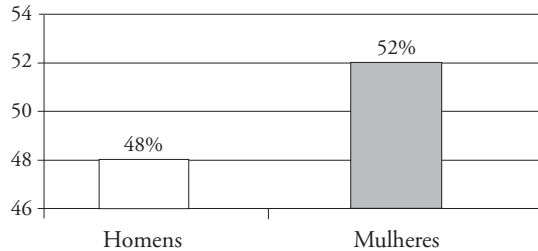
Figura 9 – Número de imigrantes cabo-verdianos admitidos nos EUA, por ano (1989-2004)



Fonte: United States Citizenship and Immigration Services.

A figura acima mostra a regularidade com que os cabo-verdianos têm sido admitidos dentro das fronteiras norte-americanas. Assim, entre 1989 e 2004 entraram neste país 14 720 indivíduos. Acrescentando alguma informação relativa ao sexo dos indivíduos cabo-verdianos que residiam nos Estados Unidos da América no ano de 2000, a figura seguinte expressa a distribuição percentual por género, constatando-se que há uma pequena diferença nos valores relativos a este factor de caracterização. A população cabo-verdiana que se encontrava a residir legalmente neste país de acolhimento em 2000 era, segundo o censo americano, de 26 605 cidadãos, dos quais 12 795 eram homens e 13 810 mulheres.

Figura 10 – Percentagem de população cabo-verdiana residente nos EUA, por sexo (2000)



Fonte: US Census Bureau, Census (2000).

Observando os dados relativos à grandeza da imigração cabo-verdiana nos Estados Unidos da América, quando referenciados pelo país de origem ou quando referenciados pelo país de acolhimento, surgem várias perplexidades sobre os valores veiculados por cada uma das fontes utilizadas. Designadamente, quando se atende aos valores totais da imigração neste país de destino, dado que as estatísticas de Cabo Verde apontam para um valor de migrantes acima dos 260 mil e a informação do censo americano aponta para somente 26 mil habitantes oriundos deste país africano.

A discordância entre valores apresentados por diferentes instituições é um fenómeno comumente verificado, ainda mais quando os países se encontram em eixos opostos nos processos de migrações, ou seja, quando um é receptor e o outro é emissor de população migrante. Contudo, os dados apresentados revelam um afastamento excessivo entre os valores dados na origem e no destino, tornando-se a explicação mais problemática.

Os dados americanos contemplam informação sobre a população cabo-verdiana a residir na sua área geográfica e referem-se a cidadãos com naturalidade cabo-verdiana, ou seja, nascidos em Cabo Verde. Deste modo, uma das eventuais explicações para a apresentação de um menor número de habitantes cabo-verdianos poderá residir no facto de excluir aqueles que, conservando a nacionalidade cabo-verdiana, não nasceram em Cabo Verde mas sim em território norte-americano. É que, ao contrário de outros países, os Estados Unidos da América concedem de imediato a nacionalidade a qualquer pessoa que nasça em solo norte-americano, independentemente da origem dos progenitores.

... para a maioria dos líderes comunitários, estes números estão aquém da realidade já que, como é sabido, muitos indocumentados não se fizeram contar temendo que a revelação de dados pessoais pudessem chegar às mãos dos serviços de Imigração. Outros tantos, já naturalizados, preferiram identificar-se como americanos para além daqueles que preferem continuar com a cidadania portuguesa. Nota-se ainda que há um grande número de cabo-verdianos americanos que embora nascidos na América, continuam a ser portadores de identidade cabo-verdiana. Resta saber é se se apresentaram aos recenseadores como originários de Cabo Verde. (AA.VV., 2002, VisãoNews.Com)

Os dados estatísticos divulgados pelos Estados Unidos, acedidos via *Internet*, não permitem descortinar a cifra exacta de população cabo-verdiana a escolher este país como local de acolhimento e diferem bastante, como vimos, daqueles apresentados por Cabo Verde. Esta disparidade mereceria uma análise sociológica mais aprofundada do seu significado que não está, porém, ao alcance deste estudo meramente introdutório ao fenómeno migratório cabo-verdiano nos EUA.

O género e a mulher cabo-verdiana

Em Cabo Verde a problemática social do «género» merece referência uma vez que as mulheres desempenham tradicionalmente um papel importante na agricultura e, mais recentemente, no sector informal urbano da economia⁸. O aumento recente da propensão para emigrar das mulheres cabo-verdianas que exercem actividades económicas informais e que estão acostumadas a viajar várias vezes por ano para adquirirem a mercadoria traduz-se na sua fixação num destes lugares por onde se deslocam e onde continuam a actividade no espaço informal mantendo ligações com Cabo Verde. Ao mesmo tempo, as mulheres que emigram com outras motivações que não sejam o comércio (as entrevistas esclarecem que no caso das raparigas novas a principal motivação é a formação escolar) sabem que podem sempre contar com esta actividade como fonte de algum rendimento caso seja necessário, participando nas redes comerciais transnacionais que funcionam entre Cabo Verde e os países da diáspora.

⁸ Sobre as questões de género em Cabo Verde com referência à situação da mulher, ver Grassi (2003:161-185).

As actividades económicas informais que se reproduzem na diáspora assumem formas culturais híbridas que se exprimem nas diferentes maneiras de encarar o trabalho por actores que aproveitam as oportunidades que a economia de mercado global oferece. Alguns estudos sobre as actividades informais (Charmes, 1996; Locoh e Tichit, 1996; Grassi, 2001 e 2003; Portes, 1995 e 2001) indicam que, especialmente em contextos multiculturais, o trabalho das mulheres permanece na sua maioria não avaliado, apesar do seu valor económico e simbólico.

Nos contextos migratórios, em particular, o género nasce como categoria analítica nos anos 80, quando se começa a dar atenção à questão migratória feminina (cf. Morokvasic, 1983), que, embora não tendo sido tratada como um aspecto muito significativo, foi considerada pelo menos relativamente ao seu peso em termos comparativos com a emigração masculina. É a partir de 1992 que a investigação em contextos migratórios começa a considerar esta categoria analítica como um instrumento transversal para a compreensão das dinâmicas dos actores sociais em contextos migratórios, e aparecem estudos que apontam para as diferenças de género dos padrões migratórios (Chant e Radcliffe, 1992; Drakakis-Smith, 1993; Anthias e Lazaridis, 2000; Carling, 2002).

Em contextos multiculturais, o conhecimento aprofundado das culturas de todas as populações presentes parece fundamental para ultrapassar as análises etnocêntricas que tendem a atribuir superioridade a uma ou outra cultura. É assim que os factos sociais são o resultado do (des)encontro das culturas, exigindo-se que se dê igualmente atenção às características culturais da sociedade de origem dos imigrantes, uma vez que os comportamentos e as atitudes dos actores que se movimentam nos contextos de acolhimento dependerá também desta especificidade. Os percursos migratórios individuais dos emigrantes de origem cabo-verdiana entrevistados no âmbito do estudo efectuado são percursos que envolvem a participação de muitas pessoas e, para além disso, são percursos repletos de responsabilidades colectivas para com quem fica. As mulheres levam consigo uma responsabilidade acrescida em relação à sobrevivência do agregado familiar, estejam os seus membros onde estiverem fisicamente.

Sempre que as migrações são analisadas como estratégias económicas o género aparece como uma categoria eficaz para captar a importância das relações dentro dos agregados familiares (Chant e Radcliffe, 1992), e serve também, como sugere Akesson (2003), para questionar a inoperacionalidade dos estudos ao nível do agregado, devido às dificuldades em reconhecer a qual agregado familiar pertencem as pessoas que emigram. Esta questão parece particularmente pertinente na análise da diáspora cabo-verdiana, onde o conceito de agregado familiar, como foi

já referido, obedece a normas culturais específicas, tornando-o um espaço demasiado pequeno para captar as relações dentro das redes nos países de acolhimento (da diáspora). Os «familiares» incluem, na maioria das vezes, pessoas que não têm laços de consanguinidade mas com as quais existem e se criam obrigações de reciprocidade no interior das redes de apoio no estrangeiro, e que podem ser muito mais fortes que aquelas que se criam com familiares mais próximos.

Comprar e vender sem fronteiras

Ser mulher em Cabo Verde, hoje, quer dizer também emigrar cada vez mais (cf. Giuffré, 2006). Como refere uma entrevistada (empregada doméstica, 30 anos de idade, a viver há 10 anos em Portugal) durante uma entrevista:

(...) inicialmente era o sexo masculino a maior população porque era um fluxo que começara pelo homem, agora já está mais equilibrado. É que o emprego é mais fácil de arranjar.. com mulheres do que com homens... neste momento... mulher vai para o serviço doméstico e depois sempre pode vender... para enviar para a terra...

É esta atitude feminina de «vender para enviar para a terra» que vamos agora ver mais em detalhe nos lugares de acolhimento.

Nos dados recolhidos existe abundante informação sobre o hábito de fazer comércio entre os lugares de acolhimento da diáspora cabo-verdiana e Cabo Verde, e também entre os diferentes países da diáspora no interior das redes familiares. O empreendedorismo no comércio informal das mulheres cabo-verdianas que havia estruturado o estudo sobre «ravidantes» (cf. Grassi, 2001, 2003) justifica o estudo de caso que aqui se apresenta sobre o funcionamento das redes transnacionais nos países de acolhimento da diáspora e de passagem para adquirir a mercadoria.

A divisão de trabalho em função do género no interior da família de origem cabo-verdiana indica a persistência na diáspora da ideia de que as mulheres teriam maior capacidade que os homens para fazer negócios.

Das entrevistas em Lisboa:

O meu irmão também é um comerciante em Cabo Verde. ... mas trabalha para outra pessoa, um homem. Trabalha para um português, está a ver? Ele podia fazer

isto facilmente mas eu não quero perder o meu irmão, percebe? É por isso que é melhor assim. Nós damo-nos tão bem, muito bem mesmo, somos tão parecidos que eu não quero envolver o meu irmão no meu negócio.

É por isso que eu faço isto com alguém novo. Já tentei doutras maneiras até envolvi o meu primo mas vi que não ia dar certo... parei a meio para não perder a amizade. Parei a meio. Com homens não vale a pena... eu disse-lhe: «Tu és homem e és meu irmão, não é certo fazer este tipo de coisas.» (...) envolver o meu irmão nisto, eu não. Porque sei que vou perder um irmão.

A persistência dentro da comunidade cabo-verdiana dos papéis culturalmente aceites entre homens e mulheres no que diz respeito à atitude para com o comércio parece assim confirmar-se no comércio transnacional observado nos lugares da diáspora. As mulheres teriam em relação aos homens maiores capacidades para este tipo de actividade. Esta observação, que esbarra com os papéis culturais que atribuem ao homem da família maiores direitos sobre os rendimentos do que às mulheres, foi amplamente estudada nos dados recolhidos em Cabo Verde em 2000 e 2001 (cf. Grassi, 2003) e foi explicada naquele trabalho através das características da estrutura familiar cabo-verdiana e da divisão social e cultural do trabalho entre homens e mulheres naquela sociedade.

Na diáspora, as razões culturais conjugam-se evidentemente com as dinâmicas sociais e culturais do país de acolhimento, com as dificuldades acrescidas das mulheres no acesso ao mercado de trabalho formal, e aparecem ligadas, na maioria das vezes, a questões políticas que regulam os direitos de cidadania dos emigrantes. O número bastante elevado de casamentos mistos também não parece modificar muito esta divisão cultural do trabalho quando a mulher é cabo-verdiana. O contrário não parece ser verdade, isto é, quando o homem cabo-verdiano casa com uma mulher portuguesa não será esta a continuar o comércio informal na família mas, na maior parte dos casos, outras mulheres da família de origem cabo-verdiana — como irmãs, tias ou mães —, tornando-se a mulher estrangeira que ingressou na família cabo-verdiana uma consumidora das mercadorias comercializadas pelos novos familiares por afinidade.

Em dez casos observados de homens cabo-verdianos casados com estrangeiras, não se verifica em nenhum deles que as mulheres iniciem ou participem activamente nesta actividade de compra e venda com Cabo Verde. O inverso — mulheres cabo-verdianas casadas com estrangeiros — verifica-se na maior parte dos casos, mesmo quando não existem condições de pobreza no interior do agregado familiar. E trata-se de um dado transversal aos lugares de acolhimento. Como

explica uma emigrante de origem cabo-verdiana em Lisboa desde 1994, casada com um engenheiro português, dois filhos:

Não precisei do dinheiro do meu homem para construir a casa da minha mãe em Cabo Verde, basta para mim ir até lá vender duas vezes ao ano e a casa já está construída para ela e dois sobrinhos que com ela vivem.

As histórias de vida recolhidas em Portugal e Itália sugerem que as redes de comércio informal se estabelecem à volta do Mundo por imigrantes e migrantes de origem cabo-verdiana; constata-se, em todas as entrevistas, a sua existência numa maior ou menor escala. Um aspecto interessante de referir é que quase todos os entrevistados, quando questionados directamente sobre a «rabidância», responderam que não tinham qualquer ligação com esta actividade, embora admitissem comprar e vender regularmente para a família em Cabo Verde. Confirma-se assim a conotação negativa que o termo «rabidante» tem para os cabo-verdianos, sendo que é usado na língua crioula de forma depreciativa⁹.

De facto, as histórias de vida especificam, simultaneamente, a existência de um movimento constante de bens entre os Estados mencionados e Cabo Verde dentro do contexto geral da diáspora, mas não exclusivamente através de linhas de familiaridade. Esta linhas parecem ser, mais especificamente, a forma «implícita» pela qual as pessoas residentes em Cabo Verde, num sentido mais ou menos definitivo, são capazes de complementar e/ou gerar o rendimento necessário para sustentarem as suas vidas nos países de acolhimento, bem como as dos familiares que permanecem em Cabo Verde.

Há entre os entrevistados quem fale da sua actividade de comércio com Cabo Verde como uma forma de remessa social alternativa ao envio de dinheiro para os membros da família que lá ficaram, e uma forma de manter a ligação à terra da qual todos falaram como se de uma inevitabilidade se tratasse. Apenas as mulheres que viajam entre Cabo Verde e os países da diáspora («rabidantes») falam nas entrevistas da dimensão da participação na economia e no desenvolvimento de Cabo Verde que o comércio proporciona.

A informalidade da actividade comercial é vista como uma inevitabilidade por estas comerciantes que dizem sentir-se discriminadas por pagarem impostos informais e serem tratadas como criminosas por não pagarem impostos:

⁹ Esta questão é tratada com maior acuidade no estudo sobre as redes de comércio rabidante (cf. Grassi, 2003).

Só mulher pode rabidar... homem na alfândega não sabe tratar com os homens... às vezes parece que lá não querem que entrem coisas para vender... Para pagar o menos possível mulheres devem falar com mulheres para ajudar pagar alfândega quando uma não tem dinheiro. Por isso viajamos muitas vezes juntas e quem tem dinheiro do despacho levanta as coisas das outras também.

Eu não confiava no meu filho para despachar na alfândega... os problemas maiores acontecem em Cabo Verde e as mulheres sabem para onde passar para entrar... homem não tem conhecimento... são as outras mulheres que foram antes que contam para onde é melhor passar para chegar com a mercadoria a Cabo Verde.

Nas suas narrativas de viagens, as «rabidantes» referem que a actividade comercial permite ajudar os familiares e outros membros da comunidade cabo-verdiana nos países da diáspora que visitam com o intuito de adquirir bens. Consideram a venda em Portugal dos produtos adquiridos no Brasil e a venda por atacado para o retalho em Portugal como um exemplo da genuína actividade «retalhista»: uma actividade secundária e acessória que serve simplesmente para providenciar «ajuda» a familiares que, particularmente em Portugal, possam estar a passar por situações financeiras mais degradantes do que aquelas que elas enfrentam em Cabo Verde, devido às dificuldades económicas da sociedade de acolhimento. Por outras palavras, o sucesso das empresas comerciais geridas pelas «rabidantes» garante uma forma de sustento para os membros do agregado familiar na diáspora, gerando a redistribuição do lucro no espaço transnacional e o aparecimento de processos de imitação do comércio informal na diáspora (Baumol, 1988).

Uma mulher de origem cabo-verdiana emigrada em Portugal há 8 anos, casada com um cabo-verdiano, pai da sua filha mais nova, e com mais três filhos em Cabo Verde aos cuidados da sua mãe, explica assim o comércio:

(...) elas estão uma semana no Brasil, depois vêm para Portugal, depois para França, porque elas fazem França-Brasil, Brasil-Portugal e muitas vezes, depois vão para Cabo Verde. Mas nem sempre para Cabo Verde, isso é mais ou menos duas ou três viagens... Cabo Verde, é mais França-Brasil, França-Brasil-Portugal. Quando passam por cá eu ajudo e compro coisas e revendo aqui e depois envio dinheiro aos meus filhos em Cabo Verde.

Uma emigrante em Roma há 15 anos, mãe solteira de um filho fruto de uma relação ocasional com um cabo-verdiano que vive na Holanda, secretária de um advogado. O filho estuda Engenharia Civil e ela consegue pagar-lhe o curso com

a actividade do comércio, apoiando-se nas cabo-verdianas que viajam para Cabo Verde várias vezes ao ano:

O meu salário não dava para pagar os estudos ao meu filho... sabe ele é toda a minha vida... Mas quando a minha irmã vai para Cabo Verde ela leva também coisas para vender para mim e ela vende em Cabo Verde e dá o dinheiro para a minha tia que está com a minha filha na Praia. Eu conheço os lugares onde comprar barato... vivo cá há bastante tempo para saber onde comprar... Mas também às vezes vou até Lisboa para comprar e enviar roupa para Cabo Verde... lá vive outra irmã que vai a Cabo Verde sempre que encontra coisas para vender. Nós duas, com a minha irmã em Lisboa ajudamos muito uma a outra.

Nos contextos de acolhimento da diáspora cabo-verdiana, a noção de família alargada é reinterpretada e transformada em função das características culturais do lugar de acolhimento. A troca económica organiza-se assim de formas díspares de acordo com as diferentes formas de organização das relações dos indivíduos em redes e do grau de inserção possível nas sociedades de acolhimento. A perspectiva comum aos estudos sobre países pobres é a de que a pobreza que existe em Cabo Verde e na sua população produziria uma capacidade mais elevada para a assistência familiar mútua em tempos difíceis do que o que acontece nas sociedades mais ricas, como as europeias. Esta perspectiva deve ser questionada por ser etnocêntrica na interpretação dos valores culturais de sociedades não europeias. A procura de explicar a história global dos movimentos transnacionais como sendo caracterizada pela movimentação de pessoas, bens, capitais, tecnologia e valores nos moldes daquela que é tida como a «nossa» modernidade ocidental, violentamente imposta de um ponto de vista epistemológico¹⁰, assume nesta discussão uma posição que tem consequências negativas para os mais pobres, que acabam por ser vistos como menos necessitados de que outras populações mais ricas em função de terem um maior nível de capital social que se manifestaria na maior solidariedade que «culturalmente» teriam nas suas relações sociais dentro das redes.

A importância do capital social é um tema consensual nas teorias da globalização económica e na sua medição (cf. Putnam, 2000; Burt, 2000; Woolcock e Narayan, 2000). É normalmente organizada em torno das temáticas da confiança

¹⁰ Por exemplo, os autores do Questionário Integrado para a Medição de Capital Social (QI-MCS) elaborado pelo Banco Mundial (cf. Grootaert *et al.*, 2003) reconheceram as suas limitações, bem como a necessidade de combinar a aplicação destes instrumentos com entrevistas qualitativas e observação directa do contexto (p. 18).

e da solidariedade, mesmo quando estas noções são difíceis de definir e, consequentemente, de ser medidas. Estas podem ter significados distintos para diferentes pessoas de acordo com as suas condições culturais, sociais e económicas, bem como com o contexto geográfico e com os quadros históricos de referência. Assim, de modo a possibilitar a medição da confiança necessária para que o modelo de economia de mercado funcione, resultando dessa forma em solidariedade, é necessário não aplicar exclusivamente metodologias quantitativas que apenas captam os movimentos migratórios legais e as actividades de mercado formais¹¹.

A rede social parece representar um ponto de partida mais vantajoso do que a família para a observação em contextos multiculturais de novas lógicas de organização da actividade humana e do trabalho. A operacionalização de tais conceitos (cf. Rogers e Vertovec, 1995; Portes, 1995; Castells, 1996; Mitchell, 1974) torna-se mais eficaz quando se utilizam as histórias de vida, o que no caso deste estudo, é feito em função do género para uma melhor exploração do papel dos indivíduos dentro das redes (cf. Massey, 1999; Dicken *et al.*, 2001). A opção de coligir os dados através de entrevistas que envolvem o delinear de histórias de vida demonstra a sua lógica epistemológica de como os contextos migratórios de acolhimento são locais de reformulação de mudanças identitárias, simbólicas e culturais, que também surgem nos actos económicos. Estas são traduções individuais da complexidade social e cultural a que os indivíduos pertencem (cf. Mitchell, 1974). Assim, esta complexidade não deverá ser analisada através da categoria de rede social num sentido determinista, tal como a compilação exclusiva de matemáticas sofisticadas, gráficos e tabelas (Wasserman e Faust, 1994).

As redes cabo-verdianas são baseadas sobretudo na família e acompanham o conceito de família alargada, no pólo oposto da família nuclear europeia, resultando naquilo a que a maior parte dos autores refere como «comunidade». Na diáspora, os laços de sangue nem sempre são o factor mais importante para a gestão da solidariedade e da ajuda. Como referem vários autores, a estrutura da família cabo-verdiana é matrilinear, sendo as mulheres os membros adultos responsáveis pelas decisões e pela sobrevivência da unidade familiar (cf. Meintel, 1984:112; Couto, 2002:135; Grassi, 2003:163). A matrilinearidade, que nos estudos das sociedades tradicionais do continente africano é, muitas vezes, reduzida a uma aproximação formalista do parentesco que tem sobretudo a ver com

¹¹ Sobre a questão da influência das relações sociais sobre o comportamento económico, cf. Liebenstein (1968), Polanyi (1957), Granovetter (1985, 1992), Portes (1995). Sobre a mesma questão, mas com particular ênfase nas relações de género no sector informal, cf. Grassi (2003).

a transmissão de bens e direitos por via da filiação e descendência, assume em Cabo Verde um valor cultural e simbólico que surge nas múltiplas implicações identitárias veiculadas pelo processo de criouliização cultural que caracteriza o arquipélago desde o seu povoamento.

O facto de não existirem estudos sobre a matrilinearidade da sociedade cabo-verdiana prende-se com uma perspectiva, partilhada por certos autores, da existência de uma diferenciação dos aspectos culturais e políticos das sociedades africanas tradicionais que as tornam autênticas e de tradições inamovíveis. Numa óptica teórica pós-colonial, a matrilinearidade da família cabo-verdiana impõe-se em toda a sua importância quando se usam instrumentos metodológicos críticos que favoreçam a compreensão da realidade através da análise da multiplicidade identitária incorporada no processo de criouliização.

É, portanto, a partir daqui que operam as influências nas dinâmicas assumidas pelas formas económicas informais das actividades comerciais na diáspora que, tal como no caso das «rabidantes» em Cabo Verde, são protagonizadas por mulheres, confirmando-se a especificidade identitária também neste contexto. Nas palavras dos entrevistados em Lisboa:

É a mulher... que compra e vende... porque as mulheres, gostam mais de fazer esse tipo de coisas...

É assim, os homens cabo-verdianos não gostam muito disso... eles não se querem envolver com as coisas das mulheres. Querem fazer o que lhes apetece, não estarem aí e serem envolvidos, não sentirem falta de fazer coisas. E muitas vezes as mulheres nem se incomodam em lhes pedir a opinião... porque... Eles nunca dizem nada de importante... Eu nunca digo nada porque eu acho que eles não têm cabeça para comprar e para vender.

Uma outra entrevistada:

Os homens não saem daqui para ir comprar ao Brasil. Eles não. Eles quase todos compram aqui ou talvez quando estão a vender alguma coisa, quase sempre ou muitas vezes, não é deles. Eles estão a trabalhar para aquelas mulheres que estão sempre a viajar e eles são quase sempre jovens que estão a estudar. Aqueles que estudam à noite. Durante o dia não têm nada para fazer então esses estão aqui a vender.

(...) é mais fácil para as mulheres fazerem isto porque nas fronteiras é quase só homens e quando há mulheres, bem, ela vai lá para esclarecer alguma coisa mas se é uma mulher a trabalhar lá

Ao observar estas redes numa óptica macroeconómica e global querendo perceber o comportamento individual no interior das migrações internacionais e da questão do trabalho no mundo actual, torna-se evidente como a «nova» divisão internacional do trabalho, redesenhada pelas hegemonias, provoca mudanças nos direitos de cidadania assim como nos direitos humanos, e pode ter igualmente implicações inesperadas. No caso da diáspora cabo-verdiana, ao analisarem-se os movimentos migratórios de pessoas e mercadorias na sua complexidade identitária e histórica, tem que se considerar que, embora o fenómeno tenha a sua origem na história de Cabo Verde e seja isso que lhe confere a sua especificidade, este movimento se encontra, simultaneamente, inserido em formas oportunistas nos «novos» tipos de economia ilegal e criminal. Os efeitos da globalização, da abertura ao livre comércio, da diluição das fronteiras, levam à emergência de fenómenos ilegais e criminais onde a questão do género se torna cada vez mais relevante, pois ajuda à leitura das dinâmicas socialmente construídas que veiculam as diferenças entre homens e mulheres na distribuição dos rendimentos, no acesso aos recursos e aos direitos de cidadania, e apontam os lugares de exploração que se fundamentam na necessidade de protecção relacionada com o género (cf. Williams e Vlassis, 2001).

É assim que no decorrer das entrevistas com mulheres que praticam actividades de comércio transnacional informal com Cabo Verde foi referida uma estratégia utilizada por mulheres que pretendem ingressar nas redes de actividade comercial e têm falta de capital inicial. Várias mulheres entrevistadas conseguiram o dinheiro necessário através de casamentos fictícios com desconhecidos que as procuram para, através do casamento, aceder ao espaço comum europeu (cf. Grassi, 2006). Entrevistas no terreno explicam:

(...) as raparigas são contactadas sempre pelas mesmas pessoas, aceitam deslocar-se até Londres para casar com estrangeiros africanos e americanos do sul. São-lhes reembolsadas todas as despesas e ganham entre 700 e 1500 euros podendo depois um tempo breve divorciar. Às vezes os «maridos» empenham-se a pagar uma mensalidade fixa durante um período de tempo estabelecido. Os problemas têm surgido quando as raparigas querem casar a sério e às vezes têm dificuldades em libertar-se dos casamentos e também sei de casos em que afinal não foi pago o prometido e de mulheres que sofreram maus-tratos físicos.

É igualmente referido que o aumento do número de raparigas novas que utilizam esta forma para ganhar algum dinheiro prende-se com o fenómeno mais amplo de uma certa atenuação da solidariedade no interior da comunidade de imi-

grantes. Mulheres de origem cabo-verdiana que trabalham no sector dos serviços como empregadas domésticas na Grande Lisboa, entrevistadas no âmbito deste projecto, referem que também não renunciam a esta forma de ganhar mais algum dinheiro e integram a vários níveis as redes comerciais que tocam vários pontos do continente (cf. Grassi, 2003; 2006). É esta forma de transnacionalismo «de baixo» (Portes, 1999: 15-24) que, assim como acontece em outras comunidades, se diferencia dos esquemas de migração tradicionais e se insere na lógica do capitalismo a partir de baixo, com uma multiplicidade de actividades que têm efeitos, quer nas sociedades de origem, quer nos países de acolhimento (cf. Basch, Glick-Schiller e Blanc-Szanton, 1994:6; Portes, 1999: 16). São estas formas de comércio transnacional que a maior parte das vezes acabam por se adaptar e integrar de maneira astuciosa os fluxos de comércio mundial (cf. Grassi, 2003; Portes e Guarnizo, 1990; Guarnizo, 1994; Baires e Landolt, 1997; Fong, 1994; Smith e Zhou, 1995).

Conclusão

Cabo Verde é um exemplo inscrito na história de como os lugares de encontro de culturas diferentes se tornam privilegiados na observação de culturas em movimento e no estudo dos movimentos de carácter global. Se as identidades na sociedade global se movem na direcção de uma sociedade multicultural, esta, de uma certa forma, faz parte do arquipélago cabo-verdiano, cujas fronteiras nacionais sempre abrangeram o Mundo inteiro. O sincretismo cultural que se manifesta nas formas de participação das mulheres na economia de mercado global, de que se falou, é um processo que origina a incorporação na cultura cabo-verdiana de elementos exteriores a ela, de uma forma em que o exterior se torna rapidamente interior e modifica a essência da caboverdianidade pelo Mundo. As mulheres surgem como actores dinâmicos na capacidade de absorção de culturas e símbolos exteriores, e ao integrarem os circuitos de consumo de forma oportunista conseguem lucros com o comércio informal.

O movimento migratório de Cabo Verde pelo Mundo tem tido nos anos recentes uma crescente feminização, sendo que as mulheres nos lugares da diáspora têm vindo a representar um número crescente dos imigrados (nos três países visados por este estudo).

As discriminações sociais com base no género que existem na sociedade cabo-verdiana (cf. Grassi, 2003: 161-180) acompanham as mulheres nos lugares de

acolhimento, no acesso ao mercado de trabalho formal, onde as dificuldades socioeconómicas fragilizam as mulheres e as tornam mais vulneráveis a situações violentas e criminosas. Deste modo, a emigração feminina de Cabo Verde não pode ser lida exclusivamente como um factor emancipatório, sendo, pelo contrário, susceptível de riscos acrescidos nos lugares de acolhimento em relação aos perigos que a mesma discriminação assume no arquipélago, onde certas formas de solidariedade primária ainda funcionam em termos de protecção social. Esta parece diluir-se grandemente nos lugares da diáspora, onde a solidariedade se atenua.

As mulheres de origem cabo-verdiana que, com os seus testemunhos, permitiram as reflexões apresentadas neste artigo, são um exemplo da necessidade de compreender as culturas e identidades de forma a favorecer a adaptação das pessoas à sociedade global, organizada em torno das diferenças culturais. Os estudos sobre migrações, ao integrarem o conhecimento das culturas, tal como se manifestam nos países de origem dos imigrantes, no seu objecto de estudo, poderão fazer mais luz sobre a complexidade que se exterioriza nas estratégias simples, da vida real, como parecem ser as actividades de comércio informal das mulheres emigrantes de origem cabo-verdiana.

Bibliografia

- AA.VV. (2002), «Cabo-verdianos nos EUA não chegam a 100 mil segundo Censur 2000», *VisãoNews.com*, <http://imigrantes.no.sapo.pt/page2CVEmigrac1.html>
- AA.VV. (2002), *A Imigração em Portugal. Os Movimentos Humanos e Culturais em Portugal*, Lisboa, SOS Racismo.
- AA.VV. (2003), *A diáspora caboverdiana entre exclusão e solidariedade*, Dacar, Instituto Panos África do Oeste.
- ABRAHAMSEN, R. (2003), «African studies and the postcolonial challenge», in *African Affairs*, 102, pp.189-210.
- AKESSON, L. (2003), *To Make a Life: Meanings of Migration in the Transnational Homeland of Cape Verde*, tese de doutoramento, Departamento de Antropologia Social, Universidade de Gotemburgo.
- ALMEIDA, R.A. (1995), *Nos ku Nos: A Comunidade Transnacional Caboverdiana*, www.umassd.edu/specialprograms/caboverde/cv_transp.htm
- ALMEIDA, R.A. (1995), *Referências Cronológicas: Cabo Verde/Caboverdianos Americanos*, www.umassd.edu/specialprograms/caboverde/cvchronp.htm
- AMARAL, I. (1964), *Santiago de Cabo Verde, a Terra e os Homens*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar.

- ANDRADE, E. (1995), *As Ilhas de Cabo Verde da «Descoberta» à Independência Nacional (1460-1975)*, Paris, L'Harmattan.
- ANTHIAS, F., e LAZARIDIS, G. (orgs.) (2000), *Gender and Migration in Southern Europe*, Oxford, Berg.
- BABOU, C. A. (2002), «Brotherhood solidarity, education and migration: the role of the Dahiras among the Murid muslim community of New York», in *African Affairs*, 101, Londres, pp. 151-170.
- BAIRES, S., e LANDOLT, P. (1997), «Transnationalism: The case of El Salvador», in *Final Report of the Project on Transnational Community*, Nova Iorque, Princeton University.
- BARTH, F. (1969), *Ethnic Group and Boundaries. The social organisation of culture difference*, Londres, Allen and Unwin.
- BASCH, L., GLICK-SCHILLER, N., e BLANC-SZANTON, C. (1994), *Nation Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and De-territorialized Nation-State*, Laughorne, Gordon & Breach.
- BATALHA, L. (2004), *The Cape Verdean Diaspora in Portugal – Colonial Subjects in a Post-colonial World*, Oxford, Lexington Books.
- BAUMOL, W.J. (1988), «Entrepreneurship in Economic Theory», in *American Economic Review*, Papers and proceedings, 58, pp. 64-71.
- BURT, R. (2000), «The network structure of social capital», in R.H. Sutton, e B. Staw (orgs.), *Research of Organisational Behaviour*, Greenwich, JAI Press, pp. 345-423.
- CALDWELL, B.J. (1982), *Beyond Positivism: Economic Methodology in the 20th Century*, Londres, Allen and Unwin.
- CALDWELL, B.J. (1993), *The Philosophy and Methodology of Economics*, vol. 3, Aldershot, Edward Elgar.
- CARLING, J. (2002), «Migration in the age of involuntary immobility: Theoretical reflections and Cape Verdean experiences», in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 28(1), pp. 5-42.
- CARLING, J. (2005), «Gender dimensions of international migration», in *Global Migration Perspectives*, 35, Maio, Genebra, Global Commission on International Migration.
- CARREIRA, A. (1964), «Aspectos da influência da cultura portuguesa na área compreendida entre o rio Senegal o Norte da Serra Leoa», in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 76, Outubro.
- CARREIRA, A. (1977), *Classes Sociais, Estruturas Familiares e Emigração em Cabo Verde*, Lisboa, Ulmeiro.
- CASTELLS, M. (1996), *The Rise of Network Society*, Oxford, Blackwell.
- CHANT, S., e RADCLIFFE, S.A. (1992), «Migration and Development: The importance of gender», in S. Chant (org.), *Gender and Migration in Developing Countries*, Londres, Belhaven Press, pp. 1-29.
- CHARMES, J. (1996), «La mesure de l'activité économique des femmes», in *Genre et Développement: des Pistes à Suivre*, Paris, EHESS-INED-ORSTOM, pp. 35-44.
- COHEN, A. (1974), *Urban Ethnicity*, Londres, Tavistock.
- COLEMAN, J.S. (1988), «Social capital and the creation of human capital», in *American Journal of Sociology*, 94, pp. 95-121.

- CONNEL, R. W. (1987), *Gender and Power*, Cambridge, Polity Press.
- COUTO, C. (2002), « Antropologia do desenvolvimento: Santiago de Cabo Verde, um estudo de caso», in *Cadernos de Estudos Africanos*, 3, Julho-Dezembro, pp. 129-140.
- DICKEN, P. (1998), *Global Shift: Transforming the World Economy*, Londres, Paul Chapman.
- DICKEN, P., KELLY, P.F., e YEUNG, W.C. (2001), «Chain and networks, territories and scales: towards a relational framework for analysing the global economy», in *Global Networks*, 1 (2), pp. 89-112.
- DRAKAKIS-SMITH, D. (1993), «Food security and food policy for the urban poor», in J. Dahl, D. Drakakis-Smith, e A. Narman (orgs.), *Land, Food and Basic Needs in Developing Countries*, Department of Human and Economic Geography, University of Gothenburg, pp. 197-212.
- ERIKSEN, T.H. (1991), «The cultural contexts of ethnic differences», in *Man*, 26, pp. 127-144.
- ERIKSEN, T.H. (1993), *Ethnicity and nationalism. Anthropological perspectives*, Londres, Pluto Press.
- FAIST, T. (2000), *The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces*, Oxford, Oxford University Press.
- FONG, T. (1994), *The First Suburban Chinatown: the Remaking of Monterey Park*, Filadélfia, Temple University Press.
- FURTADO, A. (1999), *Imigração Cabo-Verdiana*, www.geocities.com/pipeline/valley/4926/imig_cv.html
- GAMBINO, F. (2003), *Migranti nella Tempesta. Avvistamenti per l'Inizio del Nuovo Millennio*, Turim, Ombre Corte.
- GIUFFRÉ, M. (2006), *Am(e)djer...am(e)djer ta kontá*, tese de doutoramento (policopiada), Roma, Universidade de Roma La Sapienza.
- GOMES, I. B. (org.) (1999), *Estudo de Caracterização da Comunidade Caboverdeana Residente em Portugal*, Lisboa, Embaixada de Cabo Verde.
- GRANOVETTER, M. (1985), «The problem of embeddedness», in *The Sociology of Economic Life*, Nova Iorque, Westview Press.
- GRANOVETTER, M. (1992), «Problem of explanation in Economic Sociology», in N. Nitin, e E. Robert (orgs.), *Networks and Organizations: Structure, Form, and Action*, Boston, Harvard Business School Press, pp. 25-56.
- GRANOVETTER, M., e SWEDBERG, R. (1992), *The Sociology of Economic Life*, Colorado, Westview Press.
- GRASSI, M. (2001), *Género, Empresariado e Desenvolvimento em Contextos não Ocidentais: Rabidantes do Mercado Sucupira em Cabo Verde*, tese de doutoramento em Economia do Desenvolvimento (policopiado), Lisboa, ISCTE.
- GRASSI, M. (2003), *Rabidantes, Comércio Espontâneo Transnacional em Cabo Verde*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Praia, Spleen.
- GRASSI, M. (2005a), «Gender, ethnicity and economic issues in contemporary cape verdian migratory movement», WP ICS, www.ics.ul.pt
- GRASSI, M. (2006), «Casar com o passaporte no espaço Schengen. Uma introdução ao caso de Portugal», in *Etnografia*, vol. X, n.º 2, Lisboa.

- GROOTAERT, C., NARAYAN, D., NYHAN JOBNES, V., e WOOLCOCK, M. (2003), «Questionário Integrado para medir Capital Social (QI-MCS)», in *Banco Mundial, Grupo Temático sobre Capital Social*, Washington.
- GUARNIZO, L. (1994), «Los Dominican Yorkers: the making of a binational society», in *Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, 533, pp. 70-86.
- HODGSON, G. (2004), «Some claims made for critical realism in economics: two case studies», in *Journal of Economic Methodology*, 11, 1, pp. 53-73.
- INSTITUTO DAS COMUNIDADES DE CABO VERDE (2006), Praia, www.ic.cv/Word/DiasporaNumeros.doc
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2005), Lisboa, www.ine.pt/prodserv/quadros/008/243/005/xls
- ISTITUTO NAZIONALE DI STATISTICA (2006), Roma, www.istat.it e <http://demo.istat.it>
- KEOANE, R.O., e NYE, J.S. (orgs.) (1971), *Transnational Relations and World Politics*, Harvard, Harvard University Press.
- KNACK, S., e KEEFER, P. (1997), «Does social capital have an economic payoff? A cross-country investigation», in *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 112(4), MIT Press, pp. 1251-88.
- LA PORTA, R. (1997), *Social Capital: A Multifaceted Perspective*, Washington, Irwin Professional Publishing.
- LAWSON, T. (1997), «Situated rationality», in *Journal of Economic Methodology*, vol. 4, n.º1, pp. 101-25.
- LEBENSTEIN, H. (1968), «Entrepreneurship and development», in *American Economic Review*, 58, pp. 72-83.
- LOBBAN, R. (1995), *Cape Verde: Crioulo Colony to Independent Nation*, Boulder, Westview Press.
- LOCOH, T., e TICHIT, C. (1996), «Introduction», in *Genre et Developpement: des Pistes à Suivre*, Paris, EHESS-INED-ORSTOM.
- MAFEJE, A., e RADWAN, S. (1996), «R. Law, book review», in *African Affairs*, 95, pp. 483-503.
- MASSEY, D., et al. (1999), *Worlds in Motion: Understanding International Migration at the End of the Millennium*, Oxford, Clarendon.
- MATA, I. (1991), *Literatura Africana em Língua Portuguesa*, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa (policopiado).
- MEINTEL, D. (1984), «Emigração em Cabo Verde: solução ou problema?», in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 2, Lisboa, pp. 93-119.
- MERCIER, C. (1977), *Les Déracinés du Capital: Immigration et Accumulation*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon.
- MEYERS, K.A., ANDERSON, C.D., e RISMAN, B.J. (1998), «Introduction: Bridging the gaps of feminism sociology», in K.A. Meyers, C. D. Anderson, e B.J. Risman (orgs.), *Feminist Foundations, towards Transforming Sociology*, Califórnia, Sage.
- MITCHELL, J.C. (1974), «Social networks», in *Annual Review of Anthropology*, 3, pp. 279-99.
- MONTEIRO, C. A. (1997), *Comunidade Imigrada – Visão Sociológica. O Caso da Itália*, São Vicente, edição do autor.

- MORGAN, G. (2001), «Transnational communities and business system», in *Global Networks*, 1 (2), pp. 113-30.
- MOROKVASIC, M. (1983), «Birds of passage are also women...», in *International Migration Review*, 18 (4), pp. 886-907.
- MURTEIRA, M. (1988), *Os Estados de Língua Portuguesa na Economia Mundial*, Lisboa, Presença.
- NELSON, J.A. (1996), *Feminism, Objectivity and Economics*, Londres, Routledge.
- PARRY, B. (1994), «Signs of our times: a discussion of Homi Bhabha's», in *The location of Culture, Third Text*, 28/29, pp. 12-13.
- POLANYI, K. (1957), *The Great Transformation. The Political and Economic Origins of our Time*, Boston, Beacon Press.
- POROS, M. (2001), «The role of migrant networks in linking local labour market: The case of Asian Indian migration to New York and London», in *Global Networks*, 1 (3), pp. 243-60.
- PORTES, A. (1995), «Economic Sociology and the sociology of immigration: A conceptual overview», in A. Portes (org.), *The Economic Sociology of Immigration*, Nova Iorque, Sage Foundation, pp. 1-41.
- PORTES, A. (1999), «La mondialisation par le bas», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 129, pp. 15-25.
- PORTES, A. (2001), «Introduction: The debate and significance of immigrant transnationalism», in *Global Networks*, 1.
- PORTES, A., e GUARNIZO, L. (1996), «Globalization from below: the rise of transnational communities», in W.P. Smith, e R.P. Korezenwicz (orgs.), *Latin America in the World Economy*, Westport, Greenwood Press, pp. 151-168.
- PORTES, A., e SENSENBRENNER, J. (1993), «Embeddedness and immigration: notes on the social determinants of economic action», in *American Journal of Sociology*, 98, pp. 1320-50.
- PUTNAM, R. (2000), *Bowling alone: the collapse and revival of American community*, Nova Iorque, Simon and Schuster.
- RICCIO, B. (1999), *Senegalese transmigrant and the construction of immigration in Emilia Romagna (Italy)*, tese de doutoramento em Antropologia Social, Universidade de Sussex.
- ROGERS, A., e VERTOVEC, S. (1995), «Introduction», in A. Rogers, e S. Vertovec (orgs.) *The Urban Context*, Oxford, Berg, pp. 1-33.
- ROOSENS, E.E. (1989), *Creating Ethnicity. The Process of Ethnogenesis*, Newbury, Sage Publications.
- ROSALDO, M. Z. (1987), «Moral/analytic dilemmas posed by the intersection of feminism and social sciences», in P. Rabinow, e W.M. Sullivan (orgs.), *Interpretative Social Sciences*, Berkeley, University of California Press.
- SASSEN, S. (2001), *The Global City*, Nova Iorque, Londres, Tóquio, Princeton University Press.
- SCHIFF, M. (1998), *Ethnic Diversity and Economic Reform in Sub-Saharan Africa Centre for the Study of African Economies, Development Research Group*, Banco Mundial 336-48.

- SCHWEITZER, T. (1997), «Embeddedness of ethnographic cases: A social networks perspective», in *A Current Anthropology*, 38, pp. 739-60.
- SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (2006), Lisboa, www.sef.pt
- SKLAIR, L. (1995), *Sociology of the Global System*, Londres, Prentice Hall.
- SMITH, M.E. (2004), «The archaeology of ancient state economies», in *Annual Review of Anthropology*, vol. 33, pp. 73-102.
- SMITH, C., e ZHOU, M. (1995), *Flushing: Capital and Community in a Transnational Neighbourhood*, Nova Iorque, Russel Sage Foundation.
- SOBRERO, A. (1998), *Hora de Bai*, Lecce, Argo, Mnemosyne.
- TEMPLE, J. (1998), «Initial conditions, social capital, and growth in Africa», in *Journal of African Economies*, 7(3), pp. 309-47.
- UNITED STATES CENSUS BUREAU (2006), Washington, www.census.gov
- UNITED STATES CITIZENSHIP AND IMMIGRATION SERVICES (2006), Washington, <http://uscis.gov>
- VALE DE ALMEIDA, M. (2004), *Outros Destinos*, Lisboa, Campo das Letras.
- VERDERY, K. (1991), *National Ideology under Socialism. Identity and Cultural Politics in Ceausescu Romania*, Berkeley e Los Angeles, University of California Press.
- VERMEULEN, H., e GOVERS, C. (2004), *Antropologia da Etnicidade*, Lisboa, Fim de Século.
- VERTOVEC, S. (2003), «Migration and other modes of transnacionalism: towards conceptual cross-fertilization», in *Red Internacional de Migración y Desarrollo*, www.migraciondesarrollo.org
- WALLERSTEIN, I. (1991), «The ideological tensions of capitalism. Universalism versus racism and sexism», in I. Wallerstein, e E. Balibar (orgs.), *Race, Nation and Class. Ambiguous Identities*, Londres, Verso, pp. 29-36.
- WASSERMAN, S., e FAUST, K. (1994), *Social Network Analysis: Methods and Applications*, Cambridge, Cambridge University Press.
- WILK, R.R. (1996), *Economies and Cultures: Foundations of Economic Anthropology*, Boulder, Westview.
- WILLIAMS, P., e VLASSIS, D. (orgs.) (2001), *Combating Transnational Crime: Concepts, Activities and Responses*, Londres, Frank Cass.
- WOLF, E.R. (1988), «Ethnicity and nationhood», in *Journal of Ethnic Studies*, 21, pp. 27-32.
- WOOLCOCK, M., e NARAYAN, D. (2000), «Social capital: implications for development theory, research and policy», in *World Bank Research Observer*, 15 (2), pp. 225-50.
- YEUNG, H. (2000), «Organizing “the firm” in industrial geography: networks, institutions and regional development», in *Progress in Human Geography*, 24, pp. 301-15.